

**PT**

***Comité Económico e Social Europeu***

Bruxelas, 4 de novembro de 2019

|  |
| --- |
| **REUNIÃO PLENÁRIADE 30 E 31 DE OUTUBRO DE 2019SÍNTESE DOS PARECERES ADOTADOS** |
| **O presente documento pode ser consultado nas línguas oficiais no sítio Web do CESE, no seguinte endereço:**[http://www.eesc.europa.eu/pt/our-work/opinions-information-reports/plenary-session-summaries](https://www.eesc.europa.eu/pt/our-work/opinions-information-reports/plenary-session-summaries)**Os pareceres mencionados podem ser consultados em linha através do motor de busca do CESE:**<https://dmsearch.eesc.europa.eu/search/opinion> |

**Índice**

[**1.** **MERCADO ÚNICO, PRODUÇÃO E CONSUMO** 3](#_Toc25677761)

[**2.** **UNIÃO ECONÓMICA E MONETÁRIA E COESÃO ECONÓMICA E SOCIAL** 6](#_Toc25677762)

[**3.** **EMPREGO, ASSUNTOS SOCIAIS E CIDADANIA** 11](#_Toc25677763)

[**4.** **COMISSÃO CONSULTIVA DAS MUTAÇÕES INDUSTRIAIS** 13](#_Toc25677764)

[**5.** **AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E AMBIENTE** 14](#_Toc25677765)

[**6.** **TRANSPORTES, ENERGIA, INFRAESTRUTURAS E SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO** 20](#_Toc25677766)

[**7.** **RELAÇÕES EXTERNAS** 21](#_Toc25677767)

[**8.** **SUBCOMITÉ** 24](#_Toc25677768)

A reunião plenária de 30 e 31 de outubro de 2019 contou com a participação de **Michel Barnier**, negociador principal da Comissão Europeia para o Brexit, **André Wilkens**, diretor da Fundação Europeia da Cultura, **Pier Luigi Sacco**, conselheiro de Tibor Navracsics, comissário responsável pela Educação, Cultura, Juventude e Desporto, **Airan Berg**, diretor artístico do Festival das Regiões e **Elke Kaschl-Mohni**, diretora do Instituto Goethe em Bruxelas.

Os pareceres adotados na reunião plenária foram os seguintes:

# **MERCADO ÚNICO, PRODUÇÃO E CONSUMO**

* ***Cadeia de blocos e o mercado único***

**Relator:** Ariane Rodert (Grupo Diversidade Europa – SE)

**Correlator:** Gonçalo Lobo Xavier (Grupo dos Empregadores – PT)

**Referência:** Parecer de iniciativa

EESC-2019-02261-00-00-AC

**Pontos principais:**

O CESE:

* insta a Comissão Europeia a lançar uma iniciativa abrangente para a cadeia de blocos, que defina uma abordagem e visão comuns da UE centradas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Esta iniciativa deverá ser complementada por um plano de ação para que a Europa se torne um ponto de referência em matéria de cadeia de blocos a nível mundial;
* apela à criação de uma plataforma europeia de partes interessadas no domínio da cadeia de blocos, que reúna representantes das instituições da UE, incluindo o CESE e o CR, da indústria, dos consumidores, dos Estados-Membros e do meio académico, a fim de proporcionar um espaço comum de aprendizagem e de reforço das capacidades, uma rede de redes e a partilha de boas práticas;
* pode ter um papel ativo ao acolher esta «plataforma», garantindo a transparência, a integração, a colaboração e a participação da sociedade civil organizada.

***Contacto***: *Alice Tétu*

*(Tel.: 00 32 2 546 82 86 – correio eletrónico:* *Alice.Tetu@eesc.europa.eu**)*

* ***Uma inteligência artificial centrada no ser humano***

**Relator:** Franca Salis-Madinier (Grupo dos Trabalhadores – FR)

**Referência:** COM(2019) 168 final

EESC-2019-01830-00-00-AC

**Pontos principais:**

O CESE:

* reitera a necessidade de consultar e informar os trabalhadores aquando da introdução de sistemas de inteligência artificial suscetíveis de gerar mudanças na organização do trabalho, na sua supervisão e controlo;
* apela para o desenvolvimento de um sistema de certificação sólido baseado em procedimentos de teste que permitam às empresas atestar a fiabilidade e a segurança dos seus sistemas de inteligência artificial;
* propõe que se desenvolva um «certificado europeu de empresa de inteligência artificial de confiança», baseado, nomeadamente, na lista de avaliação proposta pelo Grupo de peritos de alto nível sobre a inteligência artificial;
* recomenda a definição de regras claras para a atribuição de responsabilidades, em caso de incumprimento, às pessoas jurídicas, quer singulares quer coletivas;
* insta igualmente a Comissão a rever periodicamente o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados e a regulamentação conexa, em função da evolução tecnológica.

***Contacto***: *Alice Tétu*

*(Tel.: 00 32 2 546 82 86 – correio eletrónico:* *Alice.Tetu@eesc.europa.eu**)*

* ***Agenda Estratégica 2021-2027***

**Relator-geral:** Antonello Pezzini (Grupo dos Empregadores – IT)

**Referência:** COM(2019) 330 final – 2019/0152 COD

COM(2019) 331 final – 2019/0151 COD

EESC-2019-04496-00-00-AC

**Pontos principais:**

O CESE apoia plenamente a criação de sinergias entre o Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia e o programa Horizonte Europa, que se apresenta com uma arquitetura simplificada para a investigação e a inovação.

Para o CESE, o Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia deve:

* constituir um dos principais motores de inovação centrada em objetivos, capaz de enfrentar os desafios da sociedade;
* desempenhar um papel mais proeminente no panorama da inovação nacional e regional na UE;
* enfatizar o seu valor acrescentado ímpar enquanto líder europeu no ensino de competências altamente especializadas no domínio do empreendedorismo, identificando e testando novos métodos de ensino e aprendizagem;
* explorar, com as Comunidades de Conhecimento e Inovação, novas formas de promover o «efeito de proximidade» e dele tirar partido, associando, em particular, os centros de colocalização, que devem constituir o ponto de acesso dos órgãos de poder local e regional às plataformas de inovação global;
* elaborar, com as Comunidades de Conhecimento e Inovação, as suas próprias estratégias de financiamento das empresas e do desenvolvimento, com vista a apoiar a trajetória de consolidação das empresas inovadoras;
* assegurar que a distribuição das Comunidades de Conhecimento e Inovação respeite o equilíbrio geopolítico e cubra o território da UE mais adequadamente.

No que diz respeito à proposta de decisão relativa ao Programa Estratégico de Inovação (PEI) para o período 2021-2027, o CESE considera que o processo deve seguir uma abordagem holística e abranger todos os tipos de parcerias, a fim de proporcionar uma visão global do trabalho realizado através de parcerias e de atingir os objetivos políticos.

***Contacto***: Luís Lobo

*(Tel.: 00 32 2 546 97 17 – correio eletrónico:* *luis.lobo@eesc.europa.eu**)*

# **UNIÃO ECONÓMICA E MONETÁRIA E COESÃO ECONÓMICA E SOCIAL**

* ***Isenção do IVA e dos impostos especiais de consumo no âmbito dos esforços de defesa***

**Relator:** Benjamin Rizzo (Grupo Diversidade Europa – MT)

**Referência:** COM(2019) 192 final – 2019/0096 CNS

EESC-2019-02530-00-00-AC

**Pontos principais:**

O CESE:

* reconhece o objetivo da Comissão de assegurar a igualdade de tratamento, para efeitos de IVA, entre as forças armadas dos Estados-Membros que colaboram no âmbito da UE e as forças armadas da OTAN destacadas na UE, que já beneficiam da isenção de IVA;
* observa que as duas condições que a Comissão apresenta na sua proposta para a concessão da isenção são que as forças armadas estejam destacadas fora do seu próprio Estado-Membro, por um lado, e que participem num esforço comum de defesa europeu, por outro;
* reconhece que alguns domínios não são abrangidos pela nova isenção, em particular no que diz respeito a ações em prol da segurança, a missões humanitárias de salvamento e aos casos em que a cláusula de solidariedade é evocada. Consequentemente, as isenções globais do IVA limitam-se às «operações militares», aplicando-se uma interpretação restritiva desse conceito;
* propõe que as diferentes autoridades fiscais nacionais disponham de um sistema único para a aplicação das novas isenções;
* recomenda à Comissão que crie, através do seu grupo de controlo do IVA, um sistema específico no qual as faturas isentas de IVA emitidas pelos fornecedores às forças armadas tenham de ser inseridas para beneficiarem da isenção prevista na proposta da Comissão.

***Contacto:*** *Jüri Soosaar*

*(Tel.: 00 32 2 546 96 28 – correio eletrónico:* *juri.soosaar@eesc.europa.eu)*

* ***Política económica da área do euro (2019)***

**Relator:** Petr Zahradník (Grupo dos Empregadores – CZ)

**Referência:** COM(2018) 759 final

EESC-2019-02839-00-01-AC

**Pontos principais:**

O CESE:

* toma nota da evolução positiva da economia da União Europeia (UE) e da área do euro nos últimos anos, mas observa que estão atualmente mais expostas do que o habitual à influência de riscos externos;
* considera que é essencial que a política orçamental acompanhe a política monetária expansionista do Banco Central Europeu, através de uma orientação orçamental positiva na área do euro, no respeito da disciplina orçamental;
* toma nota do atual crescimento dos investimentos na UE e na área do euro, mas entende que são necessários mais recursos, tanto públicos como privados, tendo nomeadamente em conta que tais investimentos são mais elevados na China ou nos Estados Unidos;
* toma conhecimento da proposta de um instrumento orçamental de convergência e competitividade e da sua relação estreita com o Programa de Apoio às Reformas;
* espera que o instrumento orçamental para a convergência e a competitividade e o Programa de Apoio às Reformas deem um apoio significativo às reformas e aos investimentos, tanto na área do euro como nos países que dela não fazem parte;
* considera, contudo, que a proposta relativa ao Quadro Financeiro Plurianual para 2021-2027 poderá revelar-se insuficiente para a boa execução destes programas, e reitera o seu apelo para um aumento dos recursos afetados a esse fim;
* apoia e aprecia o equilíbrio e a condicionalidade mútua entre o investimento, as reformas estruturais e a responsabilidade orçamental;
* insiste na importância crucial do investimento privado e manifesta preocupação pelos atrasos e os obstáculos que estão a condicionar a realização da União Bancária e da União dos Mercados de Capitais, que podem contribuir para acelerar o ritmo de crescimento dos investimentos graças a fluxos de capitais mais eficazes e flexíveis;
* entende que as prioridades da economia europeia deveriam agora estar mais orientadas para o apoio à procura interna e que o saldo externo das trocas de bens e serviços, muito favorável à escala da União, deve ser mais bem repartido entre mais Estados-Membros;
* apoia firmemente a realização de atividades destinadas a melhorar a funcionalidade e a homogeneidade do mercado único, constatando igualmente, com preocupação, o problema da escassez de mão de obra e da inadequação entre as competências disponíveis e as competências necessárias.

***Contacto:*** *Alexander Alexandrov*

*(Tel.: 00 32 2 546 98 05 – correio eletrónico:* *alexander.alexandrov@eesc.europa.eu**)*

* ***Análise Anual do Crescimento para 2019***

**Relator:** Anne Demelenne (Grupo dos Trabalhadores – BE)

**Referência:** COM(2019) 770 final

EESC-2019-02909-00-01-AC

**Pontos principais:**

O CESE:

* considera que o investimento público e privado continua a ser necessário, tal como a despesa em formação e educação (a partir da educação pré-escolar), para melhorar a competitividade das empresas europeias, sendo de saudar o facto de, este ano, as recomendações específicas por país colocarem o foco no investimento. Importa dar especial atenção aos investimentos produtivos e aos investimentos em infraestruturas sociais, a fim de dar prioridade ao crescimento sustentável, bem como às medidas de aplicação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais;
* acredita que é necessário que os Estados-Membros intensifiquem os seus esforços de reformas estruturais. Em particular, no que se refere aos países com excedentes da balança corrente, e a bem da estabilidade económica e política na União Europeia e na área do euro, urge abordar o baixo nível de conformidade dos Estados-Membros com o procedimento relativo aos desequilíbrios macroeconómicos;
* observa que a conjuntura atual caracterizada por taxas de juro muito baixas permitiu libertar fundos nos orçamentos nacionais. Os Estados-Membros devem utilizar esses fundos para aumentar os seus investimentos materiais, digitais e ambientais, bem como as despesas nos domínios da formação e do desenvolvimento de competências e qualificações;
* congratula-se com a atribuição de um papel mais importante ao Pilar Europeu dos Direitos Sociais e ao painel dos indicadores sociais; exorta a Comissão a prosseguir e desenvolver esta abordagem nos próximos ciclos do Semestre Europeu;
* considera que, no ano transato, as alterações climáticas tornaram-se uma questão central e podem refletir-se mais no Semestre Europeu. As recomendações para o ciclo do ano que vem devem conter mais recomendações específicas por país – pelo menos, uma por Estado‑Membro – a fim de enfrentar a ameaça existencial que as alterações climáticas representam;
* considera que a tributação deve favorecer o investimento produtivo e a despesa na economia real. As receitas fiscais devem assentar mais em fontes que não estejam relacionadas com o trabalho e o consumo sustentável;
* reconhece que a financeirização de determinados setores da economia europeia representa uma carga excessiva para as empresas e os trabalhadores e solicita à Comissão que examine a possibilidade de utilizar o Semestre Europeu para promover o valor global para as partes interessadas em vez do valor acionista;
* recomenda a introdução de normas mínimas relativas à consulta dos parceiros sociais nacionais pelos governos nacionais nas várias fases do Semestre Europeu.

***Contacto:*** *Susanne Johansson*

*(Tel.: 00 32 2 546 84 77 – correio eletrónico:* *Susanne.Johansson@eesc.europa.eu**)*

* ***Visitas aos Estados-Membros no âmbito do Semestre Europeu 2018-2019***

**Relator:** Reine-Claude Mader (Grupo Diversidade Europa – FR)

**Referência:** Relatório de informação

EESC-2019-03722-00-02-RI

**Pontos principais:**

Em 2018, o CESE decidiu divulgar o processo do Semestre Europeu e reforçar a participação da sociedade civil nesse processo, bem como consultar a sociedade civil a respeito do conteúdo das recomendações específicas por país, publicadas todos os anos, em maio ou junho, pela Comissão Europeia.

Tomando a iniciativa de organizar consultas sob a forma de mesas-redondas em vários países, recorrendo à sua rede de membros, o CESE conseguiu conferir uma nova perspetiva ao Semestre Europeu.

O CESE tinha três objetivos: proporcionar um contributo da sociedade civil para o ciclo do Semestre Europeu, aumentar a sensibilização da sociedade civil para este processo e contribuir para a divulgação das recomendações específicas por país decididas pelo Conselho, possibilitando, assim, o seu acompanhamento. Em 2018 e em 2019, foram organizadas até à data 12 visitas.

Foi uma iniciativa construtiva e útil, já que permitiu ao CESE estabelecer uma ligação direta com todas as componentes da sociedade civil dos países visitados. Demonstrou que existe uma procura significativa de informações pela sociedade civil.

O CESE recomenda que, tendo em conta a boa aceitação da iniciativa e o interesse manifestado pelos participantes, especialmente pelas organizações não governamentais distantes dos centros de decisão, se prossiga o diálogo, a fim de dar a conhecer o processo do Semestre Europeu e chegar a um público mais vasto, desde que a forma de diálogo assegure uma representatividade pertinente. Por conseguinte, as visitas prosseguirão em 2020.

O CESE propõe ainda que se organize anualmente um Dia do Semestre Europeu, em cooperação com os Estados-Membros, a fim de prosseguir o diálogo.

O CESE preconiza também que, em todos os países e ao nível da União Europeia, seja organizada uma consulta anual e a longo prazo da sociedade civil, sob a sua égide, permitindo-lhe desempenhar, assim, o seu papel de representante da sociedade civil.

***Contacto:*** *Jakob Andersen*

*(Tel.: 00 32 2 546 92 58 – correio eletrónico:* *Jakob.Andersen@eesc.europa.eu**)*

# **EMPREGO, ASSUNTOS SOCIAIS E CIDADANIA**

* ***Regimes dos Estados-Membros para a concessão de cidadania ou de residência a investidores***

**Relator:** Jean-Marc Roirant (Grupo Diversidade Europa – FR)

**Referência:** COM(2019) 12 final

EESC-2019-01674-00-00-AC

**Pontos principais:**

O CESE:

* reitera o apelo lançado pelo Parlamento Europeu para que se elimine progressivamente todos os regimes de concessão de cidadania ou de residência a investidores, e insta os Estados‑Membros a seguir esta recomendação ou, caso contrário, a apresentar argumentos e elementos de prova razoáveis para não o fazer;
* congratula-se com o facto de a Comissão Europeia ter criado um grupo de peritos dos Estados‑Membros para fazer face aos riscos associados aos regimes de concessão de cidadania ou de residência a investidores e concorda com o seu mandato;
* recomenda que os Estados-Membros sejam instados a implementar um processo no âmbito do dever de diligência sem limites de tempo específicos e adaptado ao perfil de risco elevado dos requerentes;
* recomenda à Comissão que estabeleça um mecanismo de coordenação que permita aos Estados-Membros trocar informações sobre os pedidos de cidadania e de autorização de residência aceites e recusados;
* recomenda que todos os agentes e intermediários que prestam serviços aos requerentes sejam sujeitos à regulamentação relativa à luta contra o branqueamento de capitais, tal como previsto na Quinta Diretiva Branqueamento de Capitais;
* recomenda ainda que a UE incentive que todos os agentes que prestam serviços aos requerentes sejam acreditados e sujeitos a um código de conduta;
* reconhece que os poderes públicos podem ter de recorrer a agências especializadas para realizar os controlos necessários, mas insiste em que os poderes públicos devem, não obstante, ser os principais responsáveis pela aceitação ou recusa dos requerentes. Os poderes públicos devem ainda assegurar um conjunto de medidas para evitar os riscos de conflito de interesses ou de suborno;
* está convicto de que os Estados-Membros devem assegurar que os programas dispõem de sólidos mecanismos de governação e supervisão e que estão sujeitos ao escrutínio público.

***Contacto***: *Annemarie Wiersma*

*(Tel.: 00 32 2 546 93 76 – correio eletrónico:* *AnneMarie.Wiersma@eesc.europa.eu**)*

* ***Reforço da cooperação entre os serviços públicos de emprego (SPE)***

**Referência:** Parecer da Categoria C

COM(2019) 620 final – 2019/0188 (COD)

EESC-2019-04339-00-01-AC

**Pontos principais:**

Considerando que o conteúdo da proposta da Comissão é satisfatório, o qual, de resto, havia sido já objeto do parecer EESC-2019-01656-00-00-AC, o Comité decidiu emitir parecer favorável ao texto proposto, remetendo para a posição defendida no documento mencionado.

***Contacto***: *Triin Aasmaa*

*(Tel.: 00 32 2 546 95 24 – correio eletrónico:* *Triin.Aasmaa@eesc.europa.eu**)*

# **COMISSÃO CONSULTIVA DAS MUTAÇÕES INDUSTRIAIS**

* ***Assegurar uma transição setorial inclusiva para um setor ferroviário digitalizado***

**Relator:** Alberto Mazzola (Grupo dos Empregadores – IT)

**Correlatora:** Guy Greivelding (Cat. 2 – LU)

**Referência:** Parecer de iniciativa

EESC-2019-01835-00-01-AC

**Pontos principais:**

## A digitalização contribui para tornar o transporte ferroviário mais eficiente e mais conveniente para os passageiros e para as mercadorias, embora exponha os sistemas ferroviários a riscos de cibersegurança. O CESE recomenda, por conseguinte, uma cooperação mais forte entre a Agência da União Europeia para a Cibersegurança e a Agência Ferroviária da União Europeia.

## O CESE crê que a implantação do Sistema Europeu de Gestão do Tráfego Ferroviário, elemento central da estratégia digital da UE para o transporte ferroviário, deverá conhecer uma forte aceleração. O investimento necessário, superior a 100 mil milhões de euros, será obtido através de uma iniciativa específica da Comissão, que contará com um forte compromisso orçamental da UE, o apoio concreto dos Estados-Membros e capital privado avultado (InvestEU).

## O CESE incentiva o setor ferroviário a desenvolver, em cooperação com outros modos de transporte público, um quadro global e interoperável de mobilidade enquanto serviço, que assegure a todos os cidadãos a acessibilidade, inclusive económica, da mobilidade e dos transportes públicos, na qualidade de serviço de interesse geral, bem como um quadro informático aberto e pronto a utilizar («plug and play») para a distribuição de bilhetes multimodais na Europa. O setor do transporte ferroviário pode tornar-se no eixo central em que assentará o desenvolvimento da vertente «mobilidade» de uma identidade digital europeia.

## O CESE insta a Federação Europeia dos Trabalhadores dos Transportes, a Comunidade dos Caminhos-de-Ferro Europeus e a Associação dos Gestores Europeus da Infraestrutura Ferroviária a estabelecerem, no âmbito do diálogo social da UE, um diálogo proativo transparente, por exemplo sob a forma de um «roteiro digital», e a lançarem iniciativas conjuntas para identificar e antecipar o impacto da automatização e da digitalização e para manter um nível elevado de emprego e de garantias sociais no contexto de uma transição socialmente justa.

O CESE apela à criação de uma autoridade europeia para o setor ferroviário que acompanhe o desenvolvimento do mercado único ferroviário da UE, incluindo os aspetos digitais.

***Contacto:*** *Adam Plezer*

*(Tel.: 00 32 2 546 86 28 – correio eletrónico:* *Adam.Plezer@eesc.europa.eu)*

# **AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E AMBIENTE**

* ***Um papel mais construtivo para a sociedade civil na aplicação da legislação ambiental***

**Relator:** Arnaud Schwartz (Grupo Diversidade Europa – FR)

**Correlatora:** István Komoróczki (Grupo dos Empregadores – HU)

**Referência:** Parecer exploratório

EESC-2019-00097-00-00-AC

**Pontos principais:**

## O CESE salienta que a legislação ambiental não é adequadamente aplicada por falta de vontade política a todos os níveis institucionais.

## Por conseguinte, o CESE insta a Comissão Europeia a melhorar o quadro de conformidade ao nível da UE. Este processo deve acontecer com base num tratamento mais transparente e firme das queixas e infrações, mas também através do aumento dos recursos humanos e financeiros (por exemplo, ao abrigo do Quadro Financeiro Plurianual). O objetivo é explicar em que consiste a legislação ambiental da UE, verificar se é devidamente aplicada, avaliá-la e, quando necessário, ajudar os órgãos jurisdicionais a desempenhar as suas funções.

## O CESE apoia o processo de reexame da aplicação da política ambiental, que é fundamental para proporcionar um amplo leque de informações ambientais sobre questões como a sustentabilidade, as alterações climáticas e a qualidade de vida na Europa. Contudo, aguarda que a Comissão e os Estados‑Membros cumpram as suas obrigações mediante a integração dos pontos de vista das organizações da sociedade civil no reexame da aplicação da política ambiental e nos relatórios por país.

## As organizações da sociedade civil ambientais e as pequenas e médias empresas devem ter um papel mais ativo na prestação de informações aos trabalhadores e na definição do ensino e da formação em matéria ambiental, a fim de garantir que o público em geral tem uma compreensão básica destas questões.

## A fim de reduzir a nossa pegada ecológica e reforçar o desenvolvimento sustentável, o CESE exorta os Estados-Membros a aplicarem plenamente as estratégias relativas aos contratos públicos ecológicos, de um modo que permita a sua fiscalização periódica e direta pela Comissão. Esta última deve ir mais longe e exigir que as organizações da sociedade civil sejam consultadas aquando da elaboração dos contratos públicos ecológicos e na avaliação final das propostas recebidas. A Comissão também deve propor a possibilidade de utilizar fundos da UE para reforçar o impacto positivo dos contratos públicos ecológicos.

## A UE tem de ajudar a desenvolver modelos de desenvolvimento local e a promover uma proteção generalizada do ambiente a nível nacional. Por estas razões, é necessária uma presença da UE mais visível a nível local, a fim de garantir a boa utilização dos fundos da UE e a participação das partes interessadas pertinentes, públicas e privadas, na correta aplicação da legislação e na governação no domínio ambiental.

## Os Estados-Membros e a Comissão deverão prestar, no período pós-2020, um maior apoio político, financeiro e profissional às pequenas e médias empresas e organizações da sociedade civil que se centram na proteção do ambiente.

***Contacto:*** *Conrad Ganslandt*

*(Tel.: 00 32 2 546 82 75 – correio eletrónico:* *Conrad.Ganslandt@eesc.europa.eu**)*

* ***Relatório intercalar da Comissão sobre a Estratégia da UE para as Florestas***

**Relator:** Andreas Thurner (Grupo Diversidade Europa – AT)

**Correlatora:** Antonello Pezzini (Grupo dos Empregadores – IT)

**Referência:** COM(2019) 811 final

EESC-2019-00969-00-00-AC

**Pontos principais:**

## O CESE:

## apela à atualização da Estratégia da UE para as Florestas para além de 2020, podendo facilmente perspetivar-se um horizonte até 2050, a fim de assegurar uma execução coerente de compromissos políticos amplamente reconhecidos, tais como o Plano Estratégico para as Florestas, das Nações Unidas, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, também das Nações Unidas, e o Acordo de Paris. Deve-se reconhecer a importância das florestas, da silvicultura e do setor da madeira para o cumprimento destes objetivos em todos os setores, conduzindo a uma cooperação transversal otimizada;

## sublinha a importância do papel multifuncional das florestas e observa que as alterações climáticas constituem uma ameaça aos serviços ecossistémicos. É fundamental dispor de um conjunto robusto de instrumentos financeiros para assegurar o investimento continuado em tecnologia moderna, bem como em medidas no domínio climático e ambiental para reforçar o papel multifuncional das florestas. No que se refere às explorações florestais privadas, é crucial assegurar que os direitos de propriedade são respeitados e que as decisões relacionadas com as florestas são tomadas em parceria com os proprietários;

## recomenda a realização de um levantamento da situação atual dos trabalhadores e de uma previsão das necessidades em termos de mão de obra no setor florestal europeu. O emprego digno e condições de trabalho dignas são uma condição prévia para se atrair os jovens para o setor florestal;

## sublinha a importância de reduzir a desflorestação a nível mundial, mediante o reforço da gestão sustentável das florestas, por exemplo através de um acordo pan-europeu, mobilizando a biomassa produzida localmente na Europa e apoiando a transição rumo a padrões de consumo mais sustentáveis.

***Contacto:*** *Conrad Ganslandt*

*(Tel.: 00 32 2 546 82 75 – correio eletrónico:* *Conrad.Ganslandt@eesc.europa.eu**)*

* ***Avaliação do impacto da PAC na renovação geracional***

**Relator:** Piroska Kállay (Grupo dos Trabalhadores – HU)

**Correlatora:** John Bryan (Grupo Diversidade Europa – IE)

**Referência:** Relatório de informação

EESC-2019-02014-00-00-RI

**Pontos principais:**

O rendimento agrícola foi mencionado como desafio considerável à atratividade do setor para os jovens agricultores em todos os Estados-Membros. Foi sistematicamente referida a questão do nível baixo dos rendimentos agrícolas e da diferença entre o rendimento na agricultura e o rendimento noutros setores da sociedade nas mesmas regiões predominantemente rurais.

Embora reconheçam a necessidade de manter as mais rigorosas normas de produção na UE, os jovens agricultores consideram que a importação de produtos agrícolas com normas inferiores às aplicáveis na UE entrava a sua capacidade de obter preços e retornos justos no mercado.

A grande maioria dos intervenientes consultados reafirma que o complemento salarial conferido pelo pagamento direto aos jovens agricultores é um fator decisivo na opção por uma carreira na agricultura. Com efeito, existe uma forte convicção de que a maioria dos jovens agricultores não conseguiria enveredar pela profissão sem esse apoio suplementar.

***Contacto:*** *Arturo Iñiguez*

*(Tel.: 00 32 2 546 87 68 – correio eletrónico:* *Arturo.Iniguez@eesc.europa.eu**)*

* ***Bioeconomia azul***

**Relator:**  Simo Tiainen (Grupo Diversidade Europa – FI)

**Correlatora:** Henri Malosse (Grupo dos Empregadores – FR)

**Referência:** Parecer exploratório

EESC-2019-01573-00-00-AC

**Pontos principais:**

A bioeconomia azul consiste nas atividades económicas e na criação de valor com base numa utilização sustentável e inteligente dos recursos aquáticos renováveis e dos conhecimentos especializados conexos. Existe um vasto leque de conhecimentos especializados, saber-fazer e tradição humana associados à água, aos recursos aquáticos e à bioeconomia azul na Europa. Contudo, atendendo ao seu potencial e às suas oportunidades, as atividades empresariais relacionadas com a bioeconomia azul ainda são bastante limitadas na Europa.

É necessário preservar e recuperar o bom estado e a biodiversidade dos oceanos, mares, lagos e rios. Tal exige esforços significativos de todas as partes interessadas, nomeadamente a UE, instituições nacionais e regionais, universidades e centros de investigação, todos os profissionais envolvidos (por exemplo, os setores das pescas e do turismo) e organizações da sociedade civil.

É necessário reforçar os investimentos na gestão dos ambientes aquáticos e das instalações de saneamento, de modo a garantir a toda a população o acesso a água limpa e o seu consumo sustentável, bem como saneamento adequado.

O CESE insta a UE e os outros intervenientes na bioeconomia azul a tomarem medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus efeitos. A pesca, a aquicultura e a algacultura são cruciais para aumentar a produção alimentar aquática sustentável na UE. O desenvolvimento de sistemas alimentares aquáticos resilientes às alterações climáticas implica mais investigação e inovação antes da sua aplicação para que esta seja bem-sucedida.

As universidades, os centros de investigação, as organizações não governamentais e o setor das pescas devem envidar esforços conjuntos para desenvolver novos produtos com valor acrescentado a partir de subprodutos e resíduos da pesca. Há que criar novos instrumentos de financiamento para promover inovações e serviços no domínio tecnológico. A recuperação da biodiversidade dos mares, lagos e rios criará novas oportunidades para as empresas, principalmente a inclusão de empresas familiares e de pequena dimensão nos mercados locais.

A UE deve promover campanhas de sensibilização, percursos educativos e ações de formação que integrem a investigação, assim como o aproveitamento e a transferência do saber-fazer das comunidades das zonas costeiras e das zonas interiores com recursos hídricos, permitindo uma gestão respeitadora do ambiente e a criação de redes europeias de formação neste domínio. No que toca à agricultura, a UE deve também abordar a questão da escassez de água.

O CESE propõe que a bioeconomia azul se torne um dos domínios emblemáticos das políticas da UE, quer nas suas políticas de cooperação com os países vizinhos, quer no quadro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas e dos objetivos do Acordo de Paris adotado na COP 21. A este respeito, propõe ao Conselho da UE e ao Parlamento Europeu que solicitem à Comissão o lançamento de várias ações-piloto nas diversas zonas marinhas e de aquicultura da UE. Deve ser criado um comité de gestão que inclua os Estados-Membros, as regiões e as partes interessadas, com a participação do CESE.

***Contacto:*** *Maarit Laurila*

*(Tel.: 00 32 2 546 97 39 – correio eletrónico:* *Maarit.Laurila@eesc.europa.eu**)*

* ***Aplicação do Plano de Ação para a Economia Circular***

**Relator:** Peter Schmidt (Grupo dos Trabalhadores – DE)

**Referência:** COM(2019) 190 final

EESC-2019-02306-00-00-AC

**Pontos principais:**

## O CESE saúda o Relatório da Comissão sobre a aplicação do Plano de Ação para a Economia Circular e, em particular, o reconhecimento do papel fundamental que a participação das partes interessadas desempenhará na transição para uma economia circular. O Comité apoia igualmente os planos de lançar um Pacto Ecológico Europeu e propõe um novo Plano de Ação para a Economia Circular centrado em setores específicos, como os têxteis e a construção, em consonância com as orientações políticas apresentadas pela recém-indigitada presidente da Comissão, Ursula von der Leyen.

## A Plataforma Europeia das Partes Interessadas para a Economia Circular reúne a comunidade da economia circular na Europa. Foi criada em 2017 no âmbito de uma iniciativa conjunta do CESE e da Comissão Europeia, na sequência das recomendações formuladas no Parecer do CESE – Pacote de medidas relativas à economia circular. A parceria entre as instituições tem sido uma componente essencial do êxito da plataforma, sendo importante que esta parceria se mantenha e se desenvolva para benefício de qualquer novo plano de ação para a economia circular, a fim de assegurar que os intervenientes da sociedade civil estão no centro da transição. O CESE acredita firmemente no papel fundamental da Plataforma enquanto garante da participação das partes interessadas, papel esse que importa manter e reforçar no futuro.

## A fim de refletir a importância e a multidimensionalidade crescente da economia circular, no próximo mandato, o grupo de coordenação que apoia a Plataforma deve incluir membros de outras partes interessadas importantes (por exemplo, os jovens e o setor financeiro), contribuir para a elaboração de cenários futuros para reforçar as interligações entre setores, e reunir-se de forma mais regular; além disso, os seus membros também devem tornar-se embaixadores da Plataforma em fóruns fora da comunidade da economia circular.

## O CESE salienta que, para ser inclusiva, a transição para a economia circular deve ser impulsionada a nível nacional, regional e local. É importante que as atividades sejam adaptadas às questões locais e tirem o maior proveito das potencialidades locais. Uma abordagem descentralizada pode ser particularmente útil para explorar o papel da economia circular na promoção de uma vida de qualidade para os cidadãos. O CESE recomenda a criação de um painel que ajude a avaliar o comportamento e as motivações dos cidadãos («Citizen Insights Panel») e os impedimentos à adoção de soluções circulares.

## A compreensão e a participação dos consumidores também são cruciais para que a transição para a economia circular seja coroada de êxito. A instituição de um rótulo de economia circular poderia acelerar a transição e ajudar os consumidores a efetuarem escolhas sustentáveis, mas deverá ser acompanhada de uma campanha de comunicação à escala europeia. O reforço das capacidades também é um pilar fundamental para ajudar as partes interessadas a compreender e a integrar a transição da UE para a economia circular.

***Contacto:*** *Monica Guarinoni*

*(Tel.: 00 32 2 546 81 27 – correio eletrónico:* *Monica.Guarinoni@eesc.europa.eu**)*

# **TRANSPORTES, ENERGIA, INFRAESTRUTURAS E SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO**

* ***Planos nacionais integrados em matéria de energia e de clima***

**Relator:** Tommaso Di Fazio (Grupo Diversidade Europa – IT)

**Referência:** COM(2019) 285 final

EESC-2019-03626-00-01-AC

**Pontos principais:**

O CESE congratula-se com a iniciativa da Comissão Europeia de dar início à avaliação dos projetos de planos nacionais em matéria de energia e de clima apresentados pelos Estados-Membros, dando assim seguimento ao novo modelo de governação lançado pelo Conselho e pelo Parlamento em dezembro de 2018, com o fito de assegurar uma transição para as energias limpas e a proteção do clima através de um diálogo interativo a vários níveis, que associe plenamente a sociedade civil e os intervenientes públicos e privados a nível local e regional. A União Europeia é a primeira grande economia mundial a adotar, por meio de planos nacionais em matéria de energia e de clima concretos, um quadro juridicamente vinculativo para cumprir os compromissos assumidos no âmbito do Acordo de Paris (21.ª Conferência das Partes), em 2015, e da Agenda das Nações Unidas para 2030.

***Contacto:*** *Alessandro Rizzi*

*(Tel.: 00 32 2 546 86 79 – correio eletrónico:* *Alessandro.Rizzi@eesc.europa.eu**)*

# **RELAÇÕES EXTERNAS**

* ***Papel das políticas comercial e de investimento da UE no reforço do seu desempenho económico***

**Relatores:** Jonathan Peel (Grupo dos Empregadores – UK)

Tanja Buzek (Grupo dos Trabalhadores – DE)

**Referência:** Parecer de iniciativa

EESC-2019-02162-00-00-AC

**Pontos principais:**

O Comité Económico e Social Europeu lembra a nova Comissão Europeia e o Parlamento Europeu recém-eleito das suas recomendações formuladas numa série de pareceres fundamentais recentes sobre as políticas comercial e de investimento da UE. O CESE exorta a que estas sejam integradas em todas as novas estratégias comerciais.

A política comercial e de investimento da UE tem sido objeto de escrutínio e análise política como nunca antes fora. A UE deve obter consenso suficiente a nível interno, que lhe permita continuar a negociar acordos comerciais vantajosos e dinâmicos em todo o mundo. Para tal, necessita de promover uma estratégia comercial progressista, que assente na proteção das normas e dos direitos fundamentais no contexto ambiental, social e de defesa do consumidor.

Em primeiro lugar, o CESE considera essencial que a UE assegure um funcionamento harmonioso e equitativo do mercado interno e da área do euro. Este objetivo deve abranger um vasto leque de políticas distintas, desde os transportes e a energia até uma melhor integração dos serviços, passando pela criação de um quadro jurídico sólido e socialmente protegido para a evolução da digitalização e da inteligência artificial. Deve também incluir regulamentações e políticas da UE equilibradas que promovam condições para ajudar as empresas a assumir a liderança no desenvolvimento e na aplicação de novas tecnologias com vista a manter a competitividade, garantindo simultaneamente o crescimento e o emprego digno no âmbito de uma transição justa.

O CESE insta a nova Comissão a envidar todos os esforços para assegurar que o Horizonte Europa se torna um sucessor eficaz, resistente e robusto do programa Horizonte 2020.

O incentivo e o desenvolvimento das competências humanas também assumem uma importância fundamental. O CESE considera que a tónica deve ser colocada no apoio às competências individuais, que se possam adaptar facilmente através da aprendizagem ao longo da vida, de uma maior ênfase no multilinguismo e de programas de formação facilmente adaptáveis, em vez de tentar, sem sucesso, transformar os seres humanos em melhores computadores.

As necessidades e o potencial das pequenas e médias empresas devem ser tidos em conta em todos os domínios de intervenção, de forma a garantir o seu acesso ao financiamento e a outros recursos, bem como apoiar a sua capacidade de evolução.

No que diz respeito ao funcionamento propriamente dito do comércio, o CESE reitera o seu apelo para que a UE, ao apoiar a Organização Mundial do Comércio, dê provas de liderança mundial na promoção de regras para a concretização de uma política comercial progressista, justa e sustentável. Deve continuar a trabalhar em estreita colaboração com outros intervenientes para reformar a Organização Mundial do Comércio, nomeadamente para estabelecer regras que garantam que os países respeitam e aplicam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Neste contexto, a UE e os seus Estados-Membros devem utilizar o seu efeito de alavanca e influência nas diversas estruturas dos comités da Organização Mundial do Comércio, em especial no que se refere a novos domínios como o comércio e o trabalho digno.

O CESE considera fundamental que a política de comércio e investimento da UE aborde todas as consequências significativas da abertura dos mercados e limite, tanto quanto possível, os impactos negativos, incluindo os custos sociais e de transição. O Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização deve, no âmbito de qualquer quadro financeiro plurianual, prever financiamento suficiente para cobrir os impactos negativos do comércio, devendo-se reexaminar eventuais condições e critérios que restrinjam a sua aplicação.

O CESE salienta, mais uma vez, que nada num acordo comercial deve permitir a restrição do espaço de manobra dos governos para regulamentarem as políticas públicas como entenderem.

O CESE reitera a sua convicção de que a aplicação do comportamento responsável das empresas através da política comercial é importante para reforçar a posição comercial global da UE e apoiar a sustentabilidade.

O CESE insta a nova Comissão a reafirmar as suas disposições horizontais relativas aos fluxos de dados transfronteiras e à proteção dos dados pessoais nos acordos comerciais e de investimento da UE.

O CESE considera que um debate político mais aprofundado sobre o papel do comércio e do investimento é essencial para assegurar uma melhor compreensão quer dos fatores que os impulsionam quer do seu impacto económico. A política da UE em matéria de avaliação deve centrar-se mais na avaliação dos elementos qualitativos dos acordos comerciais, com a plena participação da sociedade civil e do CESE.

O CESE insta novamente, com veemência, o Serviço Europeu para a Ação Externa a estar mais alerta para as questões comerciais. Simultaneamente, o CESE reitera o seu apelo para uma colaboração mais estreita, mais coerente e transparente entre a DG Comércio e outras direções-gerais, nomeadamente a DG DEVCO e a DG EMPL.

O CESE solicita que o diálogo com a sociedade civil sobre as políticas comercial e de investimento, tanto durante as negociações como posteriormente, seja muito mais profundo e que o seu papel de monitorização seja reforçado. Este diálogo deve ser desenvolvido com base numa maior transparência e em melhorias contínuas.

O CESE foi pioneiro em acolher favoravelmente a ênfase que a Comunicação – Comércio para Todos colocou no desenvolvimento sustentável, especialmente nos direitos humanos e sociais e no ambiente, bem como a inclusão dos capítulos sobre comércio e desenvolvimento sustentável em todos os acordos comerciais da nova geração. Estes fatores devem ser o ponto fulcral na promoção das políticas comercial e de investimento da UE. Uma garantia eficaz do seu cumprimento é agora fundamental para a concretização destes compromissos, a fim de assegurar condições de concorrência equitativas para as empresas da UE no estrangeiro.

O CESE já recomendou anteriormente a existência de uma cláusula específica para promover os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em todos os futuros mandatos de capítulos sobre comércio e desenvolvimento sustentável, bem como a inclusão, na sequência do Acordo de Paris, do combate ao aquecimento global como parte integrante dos valores da UE.

O aumento dos fluxos comerciais implicará aumentos adicionais nos transportes, cujas emissões de gases com efeito de estufa já são particularmente elevadas. Por conseguinte, o CESE apela para que todos os modos de transporte se integrem numa política de transportes sustentável e justa reforçada e que seja estabelecida uma ligação política clara entre o comércio e os transportes, nomeadamente para cumprir os compromissos pertinentes em matéria de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

***Contacto:*** *Sara Nanino*

*(Tel.: 00 32 2 546 88 78 – correio eletrónico:* *Sara.Nanino@eesc.europa.eu**)*

# **SUBCOMITÉ**

* ***Não deixar ninguém para trás na execução da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável***

**Relator:** Peter Schmidt (Grupo dos Trabalhadores – DE)

**Correlatora:** Lutz Ribbe (Grupo Diversidade Europa – DE)

**Referência:** Parecer de iniciativa

EESC-2019-02446-00-01-AC

**Pontos principais:**

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas estão a abrir caminho para um futuro melhor e mais sustentável para todos. No cerne dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável está o compromisso de não deixar ninguém para trás e chegar em primeiro lugar aos mais desfavorecidos na transição para uma via sustentável e resiliente, bem como de garantir que nenhum objetivo seja considerado cumprido, a menos que alcançado para todos.

O CESE está convencido de que as preocupações sociais devem ser abordadas em plena sinergia com as preocupações ambientais e económicas. A aplicação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na UE exige aglutinar a dimensão social e as dimensões económica e ambiental da sustentabilidade, promovendo uma mudança sistémica e superando a lógica de compartimentação prevalecente nas atuais estratégias da UE. O valor da definição de medidas e políticas através da perspetiva multidimensional da Agenda 2030 é inegável. Será imprescindível abordar a questão social aquando da aplicação da Agenda. Quando comparadas com as dimensões ambiental ou económica, tanto as questões sociais como a coesão regional têm sido vistas, até agora, mais como domínios de intervenção distintos, do que como parte verdadeiramente integrante da política de sustentabilidade.

A transição para uma economia sustentável, neutra em carbono e eficiente na utilização dos recursos exige mudanças fundamentais na nossa sociedade e na nossa economia. Estas alterações implicarão oportunidades, mas também riscos. Não deixar ninguém para trás significa que todos os membros da sociedade, e especialmente os mais desfavorecidos, podem realmente tirar partido das oportunidades e estão bem preparados para lidar com os riscos. Tal requer uma política ativa. Não deixar ninguém para trás implica também devolver o poder ao maior número possível de pessoas para que desempenhem um papel positivo e ativo, permitindo-lhes participar na transição.

Para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável sem deixar ninguém para trás, o CESE insta a Comissão Europeia, o Parlamento, o Conselho e os Estados-Membros a tomarem as seguintes medidas:

* + - criar um Pacto Ecológico e Social Europeu no âmbito de uma Estratégia de Desenvolvimento Sustentável da UE para 2050; realizar uma avaliação sistemática dos potenciais efeitos colaterais negativos/positivos da transição na população da Europa (sobretudo os pobres e os grupos vulneráveis) e nas regiões estruturalmente frágeis e compreender melhor os fatores intergeracionais que promovem a sustentabilidade e a desigualdade;
		- definir as estruturas e os instrumentos de governação adequados para a aplicação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e do Pacto Ecológico e Social Europeu, por exemplo, utilizando o Semestre Europeu, a iniciativa «Legislar melhor» e o Quadro Financeiro Plurianual (QFP), incluindo os fundos no âmbito da política de coesão e os fundos sociais, para estimular a transformação;
		- desenvolver uma maior compreensão da «transição justa» (além do carvão) e executar na íntegra o Pilar Europeu dos Direitos Sociais de apoio à mesma, estimulando as reformas dos sistemas redistributivos (tributação adaptada, proteção social e investimentos sustentáveis e sociais), bem como o equilíbrio entre vida profissional e pessoal e a igualdade de género;
		- garantir a todos igualdade de oportunidades e de acesso a ofertas de educação e formação adequadas;
		- superar os obstáculos à participação ativa dos cidadãos que não possuem o capital financeiro e social necessário, os conhecimentos e informações necessários, nem acesso a oportunidades;
		- introduzir políticas que beneficiem os cidadãos e protejam o ambiente, por exemplo, planos para combater a poluição atmosférica que tenham prioritariamente em conta os grupos vulneráveis, políticas de habitação social ecológica, etc.;
		- promover uma economia social e colaborativa no âmbito da transição rumo à sustentabilidade (por exemplo, competências, economia circular, transição energética, promoção das cooperativas);
		- prestar apoio às pequenas e médias empresas para que tenham êxito na transição e alcancem a competitividade sustentável através de melhor acesso às competências, ao financiamento, à inovação e à tecnologia;
		- criar mais emprego de qualidade;
		- elaborar uma estratégia para garantir que não só as cidades mas também as comunidades rurais se tornam mais integradoras, resilientes e sustentáveis;
		- reforçar a proteção do clima e a adaptação às alterações climáticas na Europa para combater a desertificação e enfrentar a escassez de água e o despovoamento;
		- dar aos jovens e às gerações futuras uma voz expressiva e fazer com que sejam tidos em conta nas decisões em matéria de sustentabilidade;
		- promover uma política comercial sustentável que internalize as externalidades sociais e ambientais positivas e negativas do comércio.

***Contacto:*** *Monica Guarinoni*

*(Tel.: 00 32 2 546 81 27 – correio eletrónico:* *Monica.Guarinoni@eesc.europa.eu**)*

*\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_*